

# A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA NO BRASIL

Maria Antonieta Amarante de M. Cohen  
Departamento de Letras Românicas  
Faculdade de Letras - UFMG

## Resumo

Apresenta-se uma visão crítica dos estudos de lingüística histórica no Brasil, bem como posicionamentos possíveis frente aos fenômenos diacrônicos.

Os estudos de natureza diacrônica praticamente não tiveram lugar dentro do que se chama lingüística moderna, no Brasil; pelo menos era esta a situação até os anos oitenta. Os estudos de história das línguas: portuguesa ou não, românicas ou não; lingüística histórica, diacrônica, independente do nome que se lhes queira atribuir, ficaram agrupados sob o rótulo 'filologia' ou 'gramática filológica'.

Tais estudos se caracterizavam pelo atomismo no tratamento dos fatos lingüísticos apresentados; ou seja, estes, via de regra eram coletados em textos escritos literários, eram simplesmente arrolados, sem uma preocupação com seu encaixamento no sistema lingüístico a que pertenciam. Este atomismo, típico tanto da gramática histórica filológica, quanto dos comentários lingüísticos encontrados nas edições críticas de texto, apesar de indispensáveis pelo fato de registrarem fatos lingüísticos, não lograram alcançar o grau de generalização necessário a uma análise propriamente lingüística.

Não pretendo fazer uma historiografia da lingüística e da filologia no Brasil - para isso remeto a Naro (1976): "Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil", a Taralho (1984) "A Fênix finalmente renascida", e a Mattos e Silva (1988): "Fluxo e

refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil" e (1991) "Lingüística Histórica e Filologia hoje: redefinindo fronteiras" - mas apresentar posicionamentos possíveis perante os estudos de lingüística histórica no nosso contexto acadêmico-científico.

Primeiramente, voltemos à questão da irrelevância da lingüística histórica nos estudos da lingüística moderna brasileira e ao porquê desta situação.

Na minha visão, os estudos lingüísticos brasileiros oscilaram entre dois pólos: um pólo prescritivista, da gramática portuguesa, lado a lado com a herança da filologia comparada dos fins do século passado - chegada até nós através dos filólogos lusitanos ou de formação lusitana - que impunha o pressuposto de que um estudo científico da linguagem tinha obrigatoriamente de ser histórico (Lepschy, 1986); e um pólo descritivista, herança dos estruturalismos lingüísticos, tanto europeus saussureanos, quanto norte-americanos (a partir de Bloomfield; no Brasil, Mattoso Câmara) em que a atitude do lingüista em relação à língua era sincrônica, não sendo admitidas incursões diacrônicas nas suas descrições: o sistema lingüístico tinha de ser descrito 'per se', desvinculado do contexto histórico-cultural em que a língua se inseria. No momento estruturalista brasileiro, todo e qualquer prescritivismo e historicismo foram rechaçados, e a língua passou a ser descrita independentemente do homem que a falava e do contexto que a produzia. A influência do sincronismo nos estudos lingüísticos brasileiros foi tão grande que nem mesmo a *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de Mattoso Câmara, que tratava da língua diacronicamente, numa abordagem estruturalista, fazia parte das bibliografias dos currículos de Letras. Dessa forma vê-se que passou despercebida, ou foi realmente desconhecida no Brasil, a resolução dos lingüistas da escola de Praga, Jakobson e Troubezkoj, dentre outros, apresentada ao I Congresso Internacional de Lingüistas em 1928, de que o aspecto diacrônico das línguas é tão passível de análise estrutural quanto o sincrônico (Cf. Bynon, 1977:1).

Conseqüentemente, a história das línguas como que passou a não existir dentro desta visão. Nesse contexto, surgiram perguntas mal formuladas tais como: para quê saber que o português vem do latim? Não é necessário saber latim para se falar português... Houve uma super-valorização da atitude sincrônica do lingüista em relação à linguagem, que vê a língua como um objeto estático, concomitante a uma super-valorização da língua falada como objeto de estudo, em detrimento, respectivamente, da história da língua, da visão da língua como um objeto variável e dinâmico, e também dos textos escritos, como 'corpora' onde coletar dados lingüísticos.

Como se pode perceber, agrupei, de um lado, a gramática tradicional de cunho-prescritivista junto àqueles que só entendiam como científica uma abordagem histórica da linguagem, pois essas duas atitudes me pareceram inevitavelmente vinculadas na postura dos gramáticos brasileiros tradicionais - e de outro, a lingüística descritiva, que rejeitava o historicismo, pois esta tem sido indubitavelmente a postura da maioria dos lingüistas modernos brasileiros.

Apesar de a lingüística histórica não ter representado no Brasil uma corrente lingüística de prestígio - e para verificar isso basta que consultemos anais de congressos e encontros de lingüística, ou bancos de dados dos órgãos financiadores de pesquisa, ou a literatura lingüística brasileira, em que a porcentagem de trabalhos/projetos de pesquisa nessa área é baixa em relação às demais. (Cf. Mattos e Silva (1988), para dados precisos) -, apesar disso, a perspectiva para a lingüística histórica no Brasil é promissora. Pelo menos, a fase do exagero descritivista já passou, e existe claramente, por parte de alguns, uma tentativa de equilíbrio no propósito de associar os ganhos da lingüística sincrônica estrutural - que não foram poucos - aos estudos diacrônicos. A lingüística histórica está sendo resgatada, revisitada, reinterpretada, sob uma roupagem nova, à luz dos avanços da lingüística sincrônica.

Da mesma forma que o historicismo dos filólogos brasileiros foi herança da filologia comparada européia chegada até aqui via Portugal, tendo como representantes Leite de Vasconcelos, Carolina Michaélis de Vasconcelos e, no Brasil, Serafim da Silva

Neto, dentre outros, os estudos sincrônicos foram importados através de pesquisadores enviados ao exterior em programas de pós-graduação. Apesar de já em 1961 existir nos Estados Unidos um interesse renovado por questões de mudança lingüística, reiniciado, por exemplo, a partir do trabalho seminal de Greenberg intitulado "Some universal of Grammar with particular reference to the order os meaningful elements", não foi nessa vertente que os lingüistas brasileiros enveredaram, mas na vertente sincrônica, especialmente estruturalista e gerativista. Talvez se possa falar aqui de servilismo a idéias importadas, principalmente a idéias sincrônicas importadas. O que se desenvolveu nos estudos *diacrônicos* a partir dos anos 60 fora do Brasil e mesmo no Brasil, não foi conhecido por nós - com raras exceções, por exemplo Naro (1973) Estudos Diacrônicos - o que não que dizer que esta área tenha se estagnado.

Segundo Hock (1986) a lingüística histórica é constituída por 'camadas' diferentes que foram se incorporando através do tempo e se estabelecendo como tal. Há uma multiplicidade de abordagens: desde idéias neogramáticas sobre mudança fonética e analogia, até idéias contemporâneas sobre mudança de regras e mistura de línguas. Vejam-se, por exemplo, manuais de lingüística histórica, como Bynon, (1977) reeditado em (1983) e (1994), ou Jeffers & Lehiste (1979), reeditado em 1982 e 1984, cujas organizações refletem essas camadas: o modelo negramático, o modelo estruturalista, o modelo gerativo-transformacional, contactó entre línguas. Também aqui entre nós estas camadas poderiam, em princípio, ter sido identificadas se não houvesse escassez de atividade nessa área.

Partindo desta constatação, de que a lingüística histórica é, na verdade, constituída por camadas de teorias/arcabouços de descrição lingüística, pressupostos a respeito da mudança lingüística, vê-se que ainda hoje, em parte como consequência desta história diversificada, em parte por dificuldades inerentes à própria natureza da mudança lingüística, a lingüística histórica apresenta várias vertentes, maneiras diversas de interpretar o fenômeno da

variação e da mudança lingüística através de modelos ou de fragmentos de modelos que tratam da mudança e da variação. Não existe um modelo teórico de mudança lingüística que todos possam subscrever. Há tentativas de se estabelecerem modelos e mesmo fragmentos de modelos, mas não há uma teoria incontroversa de mudança lingüística.

Apresentaremos a seguir de algumas destas abordagens.

Na base dessas diversas maneiras de abordar o fenômeno da mudança lingüística situa-se a própria atitude do lingüista: pelo menos duas posições podem ser identificadas (dentre os diacronistas) na tentativa de se entenderem os mecanismos de mudança:

- 1) uma, cujo principal objetivo vem a ser a explicação ou explanação de uma mudança lingüística. Quatro maneiras de se explicar uma mudança lingüística podem ser reconhecidas:
  - a) explicações que atribuem a causa da mudança lingüística a fatores externos à estrutura das línguas, como, por exemplo o contacto lingüístico, que levaria, dentre outros processos, ao empréstimo de formas de uma língua para outra. Apesar de ser a forma mais tradicional de causalidade das mudanças, esta, em última análise, transfere o problema da explicação de uma língua para outra. Assim, aventa-se, dentro desta perspectiva, a hipótese de que a presença no português contemporâneo da estratégia de relativização conhecida como 'cópia', a um empréstimo do árabe, da época da presença dos árabes na península ibérica, pelo fato de no árabe, esta ser a única estratégia de relativização existente (cf. Moreira, Júlio, 1922). Tal hipótese, se não insustentável, é de difícil comprovação.

No entanto, a influência externa sobre aspectos da sintaxe dos constituintes pôde ser comprovada apenas como fator acelerador de tendências já existentes numa determinada língua,

não como a causa das mesmas, e essas entendidas como imanentes ou internas à própria língua.

Chegamos então aqui ao segundo tipo de explicação que tem sido dada aos mecanismos de mudança lingüística:

- b) abordagens que consideram como internas as motivações para explicação de padrões sintáticos existentes numa língua e no seu desenvolvimento histórico. No caso da mudança de línguas SOV para SVO, por exemplo, a motivação para a reestruturação dos constituintes teria sido uma mudança na ordem do verbo, que teria passado da posição final para medial. Essa mudança teria ela própria uma motivação: a perda da distinção entre Nom./Ac., que teria acarretado um aumento da ambigüidade na língua e, para desambiguar a estrutura, o verbo ter-se-ia movido da posição final para posição medial.

Entretanto para esse mesmo tipo de mudança, uma outra causa poderia ser invocada, paralelamente à de natureza interna, de que falei acima - e chegamos a um terceiro tipo de causalidade:

- c) os falantes colocariam para si um 'alvo' de consistência a ser atingido e os parâmetros sintáticos se realinhariam de acordo com os mesmos. Este tipo de explicação pode ser considerada universalista ou teleológica, já que a mudança estaria obedecendo a um 'movimento em direção a', teria 'drift'.

Este tipo de explanação anterior estaria de certa forma ligado a um outro, de cunho teórico, constituindo-se o quarto tipo de causalidade de mudança. Refiro-me aqui aos processos de reestruturação lingüística, nos moldes de Lightfoot (1979), que derivariam de um princípio de gramática gerativa, o princípio da Transparência, ou às mudanças paramétricas, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros.

- 2) outra, cujo principal objetivo é o encaixamento de uma variável lingüística dentro de um processo lingüístico mais amplo. Como exemplo estão os trabalhos na linha variacionista, ao reconhecerem que uma variável lingüística está em processo de mudança: o que se tem denominado 'mudança em curso'.

As diversas 'camadas' da lingüística histórica oscilariam dentro dessas posturas enumeradas acima.

Passamos agora à apresentação de dois modelos que discutiram tópicos de lingüística românica e portuguesa. Primeiro abordarei a tipologia de mudança da ordem de constituintes ('word order change typology') e depois a linha variacionista. Ambos trouxeram uma contribuição para a lingüística histórica moderna. A escolha destes dois modelos não foi casual, mas norteadada pelo propósito de apresentar o aspecto menos explorado na lingüística histórica tradicional: a sintaxe. Como se sabe a sintaxe foi o componente da gramática menos explorado pela lingüística histórica tradicional.

### **Tipologia de mudança da ordem dos constituintes**

Esta abordagem surgiu como consequência da aplicação dos universais de ordem dos constituintes postulados por Greenberg (1966) aos estudos diacrônicos. Algumas línguas românicas foram objeto de estudo dessa linha, especialmente o Francês (Harris, 1978); Lehmann, 1972). Pouco tem sido feito para o Português.

Segundo os resultados de Greenberg, as línguas do mundo agrupar-se-iam em tipos consistentes no que se refere à ordem básica dos constituintes em sentenças declarativas, com sujeitos e objetos nominais. Assim a ordenação de constituintes como S, V, O; Preposições x Posposições; colocação do Nome em relação ao Adjetivo e das construções do Genitivo em relação ao Nome são tomadas como parâmetros que provaram manter uma relação de

consistência entre si. O 'corpus' usado por ele consistiu de uma amostragem de 30 línguas, escolhidas, na medida do possível, de acordo com critérios genéticos e geográficos. Co base na freqüência de ocorrência de cada um desses parâmetro nos dados analisados, uma relação entre os mesmos pôde ser estabelecida, tal que línguas exibindo a ordem SOV têm Posposições, e ordenam o Adjetivo e Genitivo antes do Nome: SOV/Po/AN/GN. As línguas VSO exibiram uma correlação com Pr e Adjetivos e Genitivos pospostos ao Nome: VSO/Pr/Na/NG.

No tipo SVO, o mais freqüente das combinações possíveis (SVO/SOV/VSO/VOS/OSV/OVS) - ao qual pertencem as línguas românicas - a correlação mais forte provou ser com Pr e NA, embora outras também sejam possíveis.

Além desses, outros parâmetros são também postulados por Greenberg, como: a ordem relativa do Demonstrativo em relação ao Nome (Dem.N/N.Dem), do Numeral em relação ao Nome Num/N; N/Num), da oração relativa em relação ao nome (O rel/N; N/Or. rel.), etc.

Dentro dessa linha, uma língua é considerada consistente se estes diversos padrões estiverem em harmonia entre si. Em outras palavras, uma língua é consistente se ordena modificadores e modificados consistentemente: uma língua SVO será consistente se ordenar Adjetivos e Genitivos depois do Nome, se tiver preposições, se a Oração Relativa seguir o Nome, etc, ou seja, se os modificadores seguirem os modificados. Inversamente, uma língua será consistentemente SOV se em todos os outros parâmetros os modificadores também precederem os modificados.

Idealmente, as línguas do mundo pertenceriam a um desses tipos consistentes. No entanto, esta hipótese não se mantém, dada a variação desses padrões dentro de uma mesma língua. O inglês, por exemplo, apesar de ser SVO/Pr posiciona o Adjetivo antes do Nome, ao contrário do que se esperaria de uma língua SVO. Também o Português, apesar de ser SVO/Pr/NA/NG/N/Or.Rel. apresenta algumas inconsistências, ou ordens alternativas, como AN, GN. A solução para esses 'desvios' do tipo ideal foi proposta

por Vennemann (1974) - e é uma solução que apela para a diacronia: tais inconsistências seriam uma indicação de que a língua estaria se movimentando de um tipo ideal, consistente, para outro tipo também idealmente consistente. Nesses termos a mudança lingüística teria uma direção (o 'drift' de Sapir).

À luz da proposta de Vennemann as inconsistências seriam características de uma língua TVX (T=Tópico, V=Verbo, X=Objeto ou qualquer outro complemento), um tipo de língua transitório, através do qual a mudança de SOV para SVO se processaria. (Cf. Seabra, 1994, sobre a interpretação de tópico como sujeito).

O proto indo-europeu foi classificado por Lehmann (1972) como SOV (mas veja-se Comrie, 1981, para discussão), pelo menos em algum estágio de sua evolução. O latim, por seu lado, foi classificado como ambivalente, por não se enquadrar exclusivamente em nenhum dos padrões: o latim clássico tanto possuía características SOV quanto SVO. Ele estaria, portanto, a meio caminho, entre o idealmente consistente PIE (SOV) e as línguas românicas, também idealmente consistentes SVO.

Dentro desta linha de pensamento a possibilidade de ordenação AN existente no português contemporâneo poderia ser entendida como um resquício de um padrão antigo latino ou indo-europeu VX e a história da ordem das palavras no português como a eliminação gradual das inconsistências, isto é, de padrões ainda presentes na língua. (Cf. Cohen 1986/1990 para a ordem AN no português arcaico).

## Variacionismo

Esta 'camada' da lingüística histórica é uma das mais recentes. Teve seu início em 1968 com um artigo de Weinreich, Labov e Herzog intitulado "Empirical foundations for a theory of language Change" e continuou com Labov e seus seguidores e dissidentes que se intitulam ou não 'variacionistas'.

Neste artigo, (e também nos subseqüentes de Labov) enfatiza-se a necessidade de se enxergar a língua como uma 'heterogeneidade ordenada', ponto-de-vista que vem a se opor aos estruturalismos lingüísticos, que igualavam estruturação à homogeneidade. As cinco questões básicas que, segundo eles, precisam ser respondidas são : 1) a questão das *restrições*, ou seja : quais seriam as mudanças lingüísticas possíveis, quais seriam as condições possíveis para mudanças de um determinado tipo? 2) a questão da *transição* de um estado lingüístico para outro. Que estágios podem ser observados entre duas formas lingüísticas de épocas diferentes? 3) a questão do *encaixamento* da mudança, isto é, a mudança observada está associada a que outros processos de mudança, de forma a que não possa ser atribuída ao acaso? 4) a questão da *avaliação* da mudança em que termos do efeito que esta possa ter para a estrutura lingüística, para a eficiência da comunicação, e, finalmente, 5) o problema da implementação da mudança. Por que mudanças num determinado traço estrutural desencadeada por determinados fatores ocorrem numa língua mas não em outra? Ou num período de tempo mas não em outro?

Comentarei a seguir um exemplo deste tipo de abordagem desenvolvido por Tarallo (1983) e subseqüentes publicações, como Tarallo (1986) *A Pesquisa Sociolingüística*.

O processo abordado é o de relativização. Ele discute estratégias de relativização no português falado de São Paulo. Este assunto tem sido amplamente pesquisado na literatura lingüística brasileira, mas não sob um tratamento sociolingüístico.

O autor reconhece dois tipos de relativas: padrão e não-padrão. O tipo padrão é exemplificado em (1) e o não-padrão em (2).

(1) Relativas-padrão:

Eu tenho uma amiga que é ótima.

Eu tenho uma amiga que você conhece.

Eu tenho uma amiga com quem ele se encontrou no Rio.

Eu tenho uma amiga cujo marido se mudou para o Rio.

## (2) Relativas não-padrão:

## 1. Pronome-lembrete (cópia):

Eu tenho uma amiga que ela é ótima.

Eu tenho uma amiga que você conhece ela.

Eu tenho uma amiga que ele se encontrou com ela no Rio.

Eu tenho uma amiga que o marido dela se mudou para o Rio.

## 2. Cortadora:

Eu tenho uma amiga que ele se encontrou no Rio.

Eu tenho uma amiga que o marido se mudou para o Rio..

(Tarallo, 1986:55/6)

A existência de relativas cortadora foi encaixada como parte do sistema pronominal, pois como se vê exemplos acima, os pronomes das relativas não-padrão podem ou não se realizar, como outros pronomes na língua, por exemplo, os de pessoa em função de objeto direto, daí que quando o pronome não aparece tem-se um caso de 'relativização cortadora'. Obviamente pressupõe-se que o pronome foi eliminado de uma estrutura onde ele apareça, como a 'relativa-lembrete'.

No paradigma das relativas, interessa mais ao presente caso aquelas que são objeto de preposição, como em (3):

- (3) a. Este é o homem com quem eu falei ontem.  
 b. Este é o homem que eu falei com ele ontem.  
 c. Este é o homem que eu falei ontem.

Conforme comprovado (Tarallo, 1983:208), a variante que ocorre menos nos seus dados históricos é a *b.*; a que está em decréscimo é a *a.*; e a que está em ascensão é a *c.* A causa atribuída ao surgimento e implementação da forma *c* é assim encaixada no processo geral de eliminação de pronomes anafóricos na língua, que ele observou independentemente, e assim, descrita a origem e existência deste processo de 'relativização cortadora' no português.

O processo discutido acima parece, ao meu ver, caracterizar-se tanto como teleológico, já que o surgimento da relativização cortadora parece seguir uma 'direção' geral da língua, de eliminação dos pronomes anafóricos em determinadas funções sintáticas, quanto ligar-se a causas externas, já que a observação das variáveis do processo de relativização foi empírica, presente em determinados segmentos da sociedade. Quanto às causas imanentes, estas, parece-me, ainda precisarim ser estabelecidas e explicadas, como sempre acontece com as abordagens 'teleológicas'. Este último comentário não ensombrece a contribuição deste modelo, que atinge tanto um grau elevado de adequação empírica, quanto um grau razoável de explanação.

Uma vez apresentados estes dois exemplos de estudos de orientação diacrônica eu gostaria de abordar o aspecto da relação sincronia/diacronia. Como disse no início, os estudos lingüísticos têm sido predominantemente sincrônicos no Brasil. Cabe aqui uma pergunta: como se justifica a necessidade de uma abordagem diacrônica para os fenômenos lingüísticos?

A minha resposta a esta pergunta seria a de que há processos na língua que só serão entendidos se forem vistos como processos diacrônicos. Casos clássicos da morfologia, como, por exemplo, o plural não-sigmático do italiano, parecem apelar para uma descrição diacrônica. A simples colocação do plural dentro do sistema sincrônico flexional do italiano parece ser menos satisfatória do que uma descrição diacrônica.

Quando a descrição sincrônica de um fenômeno parece não 'dar conta' do mesmo, ou quando existem análises alternativas para um mesmo fenômeno, pode-se suspeitar de que há algum processo de mudança diacrônica em andamento. Seria o caso do relativizador que no Português (Cf. Cohen 1986/1990 para detalhes) em posição de sujeito. Existem no mínimo duas hipóteses de análise justificáveis, cada uma dentro do seu arcabouço teórico, plenamente satisfatórias pra dar conta a existência do que como relativizador em função de sujeito. Como decidir entre elas? A resposta seria: não há como decidir qual a melhor análise sincrônica.

O que parece estar em jogo é um processo diacrônico, e um modelo de análise sincrônica não será suficiente para descrevê-lo.

Quando, numa análise de cunho variacionista, uma variável for identificada como 'mudança em progresso', só uma volta à história, ao passado, dará realmente conta de explicar a hipótese de mudança em questão.